

MEMORANDO SEI Nº 30390716/2026 - HMSJ.SUP.CPA

Joinville, 31 de julho de 2026.

À
SAP.LCT

Resposta ao memorando 30390335, Análise de Dispensa de Amostras - Pregão Eletrônico nº **244/2026**.

Conforme e-mail enviado pela Volare, foi informado que a empresa PROTEC não produz mais o material solicitado no descritivo, referente ao item 51. Desta forma, a proposta está DESCLASSIFICADA, por não atender ao descritivo.

Atenciosamente,

Lisandra Maciel Lucena Ferreira
Matricula 100322 / Coren/SC 777330
Enfermeira do Setor de Padronização



Documento assinado eletronicamente por **Lisandra Maciel Lucena Ferreira, Servidor(a) Público(a)**, em 31/07/2026, às 15:03, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **30390716** e o código CRC **D5697AF4**.

Av. Getúlio Vargas, nº 238, C.P 36 - Bairro Centro - CEP 89202-000 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br

26.0.104151-4

30390716v3

**RES: PGE 244/2026 - Convocação para Apresentação de Amostras**

contato@volaredistribuidora.com.br <contato@volaredistribuidora.com.br>

31 de julho de 2026 às 14:32

Para: Secretaria de Administração e Planejamento - Unidade de Licitações <sap.lct@joinville.sc.gov.br>

Prezado Sr. Márcio, boa tarde.

Na verdade, na nossa proposta está registrado o **RMS 80435140038**.

A diferença consta na ficha técnica já encaminhada e anexa: "Número de registro do produto no Ministério da Saúde/ANVISA:

80435140038 (modelo AUT em PC).

80435140039 (modelo AUT-1 em PSU)".

PC=Polycarbonato e PSU=Polisulfona

A PROTEC nos informou que não fabrica mais em **Polisulfona**, que é o que consta na descrição do item no edital. Como fica nessa situação?

Atte.,

**De:** marcio.haverroth@joinville.sc.gov.br <marcio.haverroth@joinville.sc.gov.br> **Em nome de** Secretaria de Administração e Planejamento - Unidade de Licitações**Enviada em:** sexta-feira, 31 de julho de 2026 13:58**Para:** contato@volaredistribuidora.com.br**Assunto:** Re: PGE 244/2026 - Convocação para Apresentação de Amostras

Boa tarde, Sr. André!

Qual a diferença entre o RMS 80435140038 registrado na proposta da Protec da referida ARP com o RMS 80435140039 registrado em vossa proposta?

Att,

Marcio Haverroth

Editais: <http://www.joinville.sc.gov.br/editalpublico>

Contato: (47) 3431-3230, sap.lct@joinville.sc.gov.br

Unidade de Licitações - Secretaria de Administração e Planejamento



Apesar da Prefeitura Municipal de Joinville tomar todas as precauções razoáveis para assegurar que nenhuma virose esteja presente nesse email, esta não poderá aceitar a responsabilidade por quaisquer perdas ou danos causados por esse email ou por seus anexos.

Em sex., 31 de jul. de 2026 às 11:57, Secretaria de Administração e Planejamento - Unidade de Licitações <sap.lct@joinville.sc.gov.br> escreveu:

Sr. André!

Encaminhei para análise do Hospital.

Até umas 14 horas devo ter a resposta.

Att,

Marcio Haverroth

Editais: <http://www.joinville.sc.gov.br/editalpublico>

Contato: (47) 3431-3230, sap.lct@joinville.sc.gov.br

Unidade de Licitações - Secretaria de Administração e Planejamento



Apesar da Prefeitura Municipal de Joinville tomar todas as precauções razoáveis para assegurar que nenhuma virose esteja presente nesse email, esta não poderá aceitar a responsabilidade por quaisquer perdas ou danos causados por esse email ou por seus anexos.

Em sex., 31 de jul. de 2026 às 10:53, <contato@volaredistribuidora.com.br> escreveu:

Prezado Márcio, bom dia.

Conforme ata em anexo, esse produto acredito que já tenha sido utilizado

pelo hospital. Dessa forma, questiono a real necessidade de amostras. Além disso, ressalto que é um produto de alto custo, sendo que apenas para cobrir os custos das amostras, teríamos que vender metade de toda ata e sabemos, que em muitos casos, o órgão não pede os itens das atas.

Entendemos que está previsto no edital, mas pedimos para analisar a questão com razoabilidade.

Agradeço desde já.

André Borges Thiele
Volare Distribuidora

-----Mensagem original-----

De: PMJ/sap.lct@joinville.sc.gov.br <sap.lct@joinville.sc.gov.br>

Enviada em: sexta-feira, 31 de julho de 2026 10:25

Para: contato@volaredistribuidora.com.br

Assunto: PGE 244/2026 - Convocação para Apresentação de Amostras

Bom dia Senhores!

Segue em anexo a convocação para a apresentação de amostras.

11.5 - As amostras deverão estar acompanhadas de Relação de Amostras, contendo o nome da empresa proponente, número do edital, produto, marca, lote e item a que se refere a amostra e estar assinada pelo representante da empresa (conforme modelo constante do Anexo VIII).

As amostras deverão ser 'ENTREGUES' no Prédio de Apoio do Hospital Municipal São José (subitem 11.4), no prazo máximo de até 05 dias úteis (subitem 11.3) a partir de 31/07/2026, ou seja, até dia 07/08/2026. As amostras deverão ser acompanhadas de Relação de Amostras (subitem 11.5).

Recomenda-se às licitantes a leitura atenta de todas as mensagens emitidas por este Pregoeiro, com especial atenção às instruções referentes à CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS, nos termos do item 11 do Edital.

Alertam-se que a não apresentação das amostras, bem como sua entrega fora do prazo estabelecido ou em local diverso do indicado no instrumento convocatório, ensejará o reconhecimento do descumprimento da exigência e a consequente instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade, nos termos do item 26 do Edital. Ressalta-se que o instrumento convocatório não prevê a prorrogação do prazo para a apresentação das amostras.

Solicita-se à licitante que registre ciência quanto à convocação para a apresentação de AMOSTRAS dos itens indicados, observando o prazo limite estabelecido no subitem 11.3 do Edital.

Att,
Marcio Haverroth
Editais: <http://joinville.sc.gov.br/editalpublico>
Contato: (47) 3431-3230, sap.lct@joinville.sc.gov.br Unidade de Licitações -
Secretaria de Administração e Planejamento



008045_Frasco para Aspiração Protec_Vs 08A.PDF
561K

MEMORANDO SEI Nº 30388449/2026 - HMSJ.SUP.CPA

Joinville, 31 de julho de 2026.

À
SAP.LCT

Resposta ao memorando 30386993, Análise de Dispensa de Amostras - Pregão Eletrônico nº **244/2026**.

Prezados, de acordo com o memorando, a empresa **VOLARE COMERCIO LTDA** foi convocada para apresentação de amostras, porém, a mesma solicitou dispensa de apresentação de amostras, alegando que o material já foi utilizado pelo Hospital na Ata de Registro de Preços SEI nº 0020953801 do Pregão Eletrônico nº 061/2024. Entretanto, foi analisado que os números referente à ANVISA estão diferentes, sendo o registro de 2024 o de numeração 80435140039 ainda está vigente, e o atual com numeração 80435140038 também vigente, sendo necessária a apresentação de amostras.

Atenciosamente,

Lisandra Maciel Lucena Ferreira
Matricula 100322 / Coren/SC 777330
Enfermeira do Setor de Padronização



Documento assinado eletronicamente por **Lisandra Maciel Lucena Ferreira, Servidor(a) Público(a)**, em 31/07/2026, às 14:02, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **30388449** e o código CRC **F10BC739**.

Av. Getúlio Vargas, nº 238, C.P 36 - Bairro Centro - CEP 89202-000 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br

26.0.104151-4

30388449v3

**RES: PGE 244/2026 - Convocação para Apresentação de Amostras**

1 mensagem

contato@volaredistribuidora.com.br <contato@volaredistribuidora.com.br>
Para: sap.lct@joinville.sc.gov.br

31 de julho de 2026 às 10:52

Prezado Márcio, bom dia.

Conforme ata em anexo, esse produto acredito que já tenha sido utilizado pelo hospital. Dessa forma, questiono a real necessidade de amostras. Além disso, ressalto que é um produto de alto custo, sendo que apenas para cobrir os custos das amostras, teríamos que vender metade de toda ata e sabemos, que em muitos casos, o órgão não pede os itens das atas.

Entendemos que está previsto no edital, mas pedimos para analisar a questão com razoabilidade.

Agradeço desde já.

André Borges Thiele
Volare Distribuidora

-----Mensagem original-----

De: PMJ/sap.lct@joinville.sc.gov.br <sap.lct@joinville.sc.gov.br>
Enviada em: sexta-feira, 31 de julho de 2026 10:25
Para: contato@volaredistribuidora.com.br
Assunto: PGE 244/2026 - Convocação para Apresentação de Amostras

Bom dia Senhores!

Segue em anexo a convocação para a apresentação de amostras.

11.5 - As amostras deverão estar acompanhadas de Relação de Amostras, contendo o nome da empresa proponente, número do edital, produto, marca, lote e item a que se refere a amostra e estar assinada pelo representante da empresa (conforme modelo constante do Anexo VIII).

As amostras deverão ser 'ENTREGUES' no Prédio de Apoio do Hospital Municipal São José (subitem 11.4), no prazo máximo de até 05 dias úteis (subitem 11.3) a partir de 31/07/2026, ou seja, até dia 07/08/2026. As amostras deverão ser acompanhadas de Relação de Amostras (subitem 11.5).

Recomenda-se às licitantes a leitura atenta de todas as mensagens emitidas por este Pregoeiro, com especial atenção às instruções referentes à CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS, nos termos do item 11 do Edital.

Alertam-se que a não apresentação das amostras, bem como sua entrega fora do prazo estabelecido ou em local diverso do indicado no instrumento convocatório, ensejará o reconhecimento do descumprimento da exigência e a consequente instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade, nos termos do item 26 do Edital. Ressalta-se que o instrumento convocatório não prevê a prorrogação do prazo para a apresentação das amostras.

Solicita-se à licitante que registre ciência quanto à convocação para a apresentação de AMOSTRAS dos itens indicados, observando o prazo limite estabelecido no subitem 11.3 do Edital.

Att,
Marcio Haverroth
Editais: <http://joinville.sc.gov.br/editalpublico>
Contato: (47) 3431-3230, sap.lct@joinville.sc.gov.br Unidade de Licitações -
Secretaria de Administração e Planejamento



Ata pregão.pdf
250K

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SEI - SAP.GAB/SAP.DCO/SAP.LCT

PREGÃO 061/2024

VALIDADE: 12 (doze) MESES

O Município de Joinville, por intermédio da Secretaria de Administração e Planejamento, doravante denominada ÓRGÃO PROMOTOR, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e do Decreto Municipal nº 51.742, de 08 de dezembro de 2022, Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal nº 28.024, de 09 de dezembro de 2016, Decreto Municipal nº 56.224, de 24 de agosto de 2023, e das demais normas legais aplicáveis neste ato representado pelo Sr. Ricardo Mafra, Secretário de Administração e Planejamento e pela Sra. Silvia Cristina Bello, Diretora Executiva, em face das propostas apresentadas e do resultado do julgamento do **Pregão Eletrônico nº 061/2024** resolve REGISTRAR OS PREÇOS da empresa abaixo qualificada, para futura e eventual Aquisição de Materiais de Uso Hospitalar, nas quantidades, termos e condições descritos no Edital e seus anexos, que passam a fazer parte desta, e em conformidade com as disposições a seguir:

Nome da empresa: Protec Export Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Equipamentos Médicos Hospitalares Ltda

CNPJ: 06.207.441/0001-45

Endereço: Rodovia Bunjiro Nakao Nº 49.800

Cidade: Cotia Estado: SP

CEP: 06.726-300

Telefone: (11) 3132-9899

Email: gabrielaalves@protec.com.br; licitacao@protec.com.br

Representante Legal: Gabriela Alves Souza Santos CPF: 260.119.328-00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente ata tem por objeto o registro de preços para fornecimento, quando requerido, dos seguintes itens:

22559 - PROTEC EXPORT IND, COM, IMP E EXP DE EQUIP MED HOSP LTDA (06.207.441/0001-45)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	13078 - FRASCO DE ASPIRAÇÃO FRASCO PARA ASPIRAÇÃO DE SECREÇÃO A VÁCUO RÍGIDO, MATERIAL DE ALTA RESISTÊNCIA EM POLISULFONA, AUTOCLAVÁVEL A 134° C, GRADUADO, COM CAPACIDADE DE 5.000 ML, COM TAMPA ROSQUEÁVEL E VÁLVULA DE SEGURANÇA (FUNÇÃO ANTIREFLUXO) OU COM TAMPA VEDANTE EM BORRACHA (02 HASTES	Peças	PROTEC EXPORT	90	601,74	54.156,60

+ BÓIA), COM DIÂMETRO DE 19 A 21 CM.					
Total (R\$):					54.156,60

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, contado a partir do 1º do útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, desde que demonstrado o preço vantajoso.

2.2 - Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, **o Município de Joinville não será obrigado a adquirir o objeto referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, facultando-se** a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada a preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, ou, cancelar a Ata na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

2.3 - Os preços inicialmente contratados somente poderão ser reajustados após o prazo de um ano, contado da data base do orçamento estimado, qual seja, 16/11/2023.

2.4 - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do índice IPCA - Índice de Preço ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

2.5 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

2.6 - Quando a Ata de Registro de Preços for reajustada, a data base para reajuste dos Contratos emitidos após esse reajuste, passará a ser da data base do reajuste da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO CADASTRO DE RESERVA

3.1 - Segue anexa a Ata de Formação do Cadastro de Reserva, composta por licitantes que aceitarem praticar preço igual ao do licitante vencedor, observada a ordem de classificação do certame.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS E DA FORMA DE ENTREGA DO OBJETO

4.1 - A vigência do futuro contrato deverá observar o tempo necessário à entrega, ao pagamento do objeto licitado e à disponibilidade de créditos orçamentários, sendo estabelecida no termo contratual.

4.2 - O objeto deverá ser entregue de forma parcelada em até 10 (dez) dias úteis, após cada solicitação.

4.2.1 - No caso de expedição de Autorização de Fornecimento (AF), a forma de entrega será única e em até 10 (dez) dias úteis, a partir da data da solicitação.

4.3 - O local para entrega será no Hospital Municipal São José: Travessa São José 540, Bairro Anita Garibaldi, Joinville - SC CEP 89 202- 010. E-mail: hmsj.uad.came@joinville.sc.gov.br. Fone: (47) 3441-6697. De segunda à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos, das 08:30 horas às 16:00 horas.

4.4 - Para fins de contagem dos prazos previstos será considerado como data de assinatura do contrato a data da última assinatura (dia/mês/ano) dos signatários referenciados no preâmbulo do referido instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

5.1 - A contratação do(s) proponente(s) vencedor(es) do presente Pregão será representada pela expedição do Termo de Contrato/Autorização de Fornecimento (AF), da qual constará, no mínimo, identificação da licitação, especificações resumidas do produto licitado, quantitativo, preço unitário e total, fornecedor, local e prazo para entrega dos produtos conforme solicitação do Município.

5.2 - Convocação para assinatura do Contrato e/ou retirada da Autorização de Fornecimento (AF):

5.2.1 - Homologado o resultado da licitação, os vencedores serão convocados para assinatura eletrônica do contrato, que deverá ocorrer **no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação (SEI).**

5.2.2 - O(s) representante(s) legal(is) do(s) vencedor(s) receberá(ão) um e-mail no endereço cadastrado informando a disponibilização do documento para assinatura eletrônica, o qual indicará o *link* para acesso.

5.2.3 - É de responsabilidade exclusiva do usuário a consulta acerca da disponibilização do documento para assinatura no seu ambiente virtual.

5.3 - Se o vencedor não apresentar situação de habilitação regular ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o Contrato, poderá ser convocado outro proponente. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo à sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de um que atenda ao Edital que será declarado o vencedor do certame, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço.

5.3.1 - Se o vencedor se recusar a assinar o Contrato no prazo estabelecido, apresentar justificativa por escrito não aceita pela Administração ou deixar de fazê-lo, além de decair do direito, sujeitar-se-á das sanções previstas neste instrumento.

5.4 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços, e eventualmente o termo contratual e/ou Autorização de Fornecimento (AF), o proponente vencedor obriga-se a fornecer os bens registrados, conforme especificações e condições contidas na Ata de Registro de Preços, no Edital e seus anexos, e também na proposta apresentada.

5.5 - Para assinatura eletrônica do Contrato o vencedor deverá:

5.5.1 - Apresentar certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: **Fazenda Federal (conjunta com a contribuição previdenciária), Fazenda Estadual, Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede do proponente e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, em atendimento ao art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/21 e a **Certidão de Negativas Débitos Trabalhistas**, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

5.5.2 - Caso a assinatura do termo contratual seja realizada por um procurador designado pelo proponente, deverá ser apresentada a procuração pública ou particular, com poderes específicos para representar o interessado.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pelo(s) vencedor(s) da licitação, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

6.1.1 - O Município responsabilizar-se-á pelo pagamento resultantes de modificações contratuais sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Gestora do Contrato, observados os limites do art 125 da Lei nº 14.133/21.

6.1.2 - O pagamento será conforme as medições realizadas de acordo com os prazos propostos, após recebimento provisório e definitivo do atendimento das especificações do Termo de Referência.

6.2 - O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome do Município, da qual deverá constar o número desta licitação, empenho e das negativas fiscais regularizadas (Federal (conjunta com a contribuição previdenciária), Estadual, Municipal, FGTS e a Certidão de Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

6.3 - As retenções tributárias serão aplicadas de acordo com as legislações federais, estaduais e municipais vigentes.

6.4 - O pagamento da Nota Fiscal será efetuado em até 30 (trinta) dias após o aceite da medição/produto, de acordo com o Processo SEI de Gestão-Certificação de Documento Fiscal.

6.5 - Em caso de atraso dos pagamentos por culpa exclusiva da Administração, será aplicado como índice de atualização monetária o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

7.1 - A entrega do objeto só estará caracterizada mediante emissão de Autorização de Fornecimento/AF e Termo de Contrato dos itens contratados.

7.2 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

7.3 - Os produtos deverão ser entregues acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES

8.1 - As sanções que poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR são as previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nesta Licitação e no Contrato (caso firmado).

8.2 - Sanções que poderão ser cominadas ao FORNECEDOR, garantidos os direitos ao contraditório e à ampla defesa:

II) **Multa**, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente:

- a) De até 5%, nos casos de não celebrar contrato, sobre o valor total do contrato pretendido;
- b) De até 5%, nos casos de inexecução parcial da Ata de Registro de Preços (que não cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo), sobre o valor total do instrumento equivalente ao contrato;
- c) De até 5%, nos casos de descumprimento das obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, sobre o valor total da Ata de Registro de Preços;
- d) 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor do instrumento equivalente ao contrato, por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto, **até o limite de 10% (dez por cento)**;
- e) De até 10% (dez por cento), nos casos de inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, sobre o valor do instrumento equivalente ao contrato, em percentual proporcional ao descumprimento, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder.
- f) De até 15% (quinze por cento), nos casos de inexecução contratual total por parte do fornecedor, sobre o valor total do instrumento equivalente ao contrato, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder.
- g) De até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços para os casos de apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa; praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza na execução da Ata de Registro de Preços.

III) **Impedimento de licitar e contratar** com o Município de Joinville, Administração Direta e Indireta, e o descredenciamento do Cadastro de Fornecedor do Município de Joinville, pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais.

IV) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

8.3 - O FORNECEDOR será responsabilizado pelo cometimento das seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços e/ou do instrumento equivalente ao contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços e/ou do instrumento equivalente ao contrato, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços e/ou do instrumento equivalente ao contrato;
- d) não celebrar contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- f) apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do objeto da Ata de Registro de Preços;
- g) praticar ato fraudulento na execução do do objeto da Ata de Registro de Preços;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza durante a execução do objeto da Ata de Registro de Preços;
- i) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- j) descumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

8.4 - As multas aplicáveis para o caso de praticar ato lesivo obedecerá o regramento previsto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e na Lei Municipal nº 8.983, de 06 de agosto de 2021 e na regulamentação vigente.

8.5 - As multas deverão ser pagas junto à Tesouraria da Secretaria de Fazenda do Município até o dia de pagamento que o FORNECEDOR tiver direito ou poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da notificação.

8.6 - Nas sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços, a Administração considerará, motivadamente, a natureza e a gravidade da infração cometida; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; as peculiaridades do caso concreto; os danos que dela provierem para a Administração Pública; e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas do FORNECEDOR, nos termos do que dispõe o art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.7 - As sanções aplicadas serão registradas no cadastro do FORNECEDOR e, para fins de publicidade, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

8.8 - Nenhum pagamento será realizado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de sanção ou inadimplência contratual.

8.9 - O montante de multas aplicadas ao FORNECEDOR não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global da Ata de Registro de Preços, caso aconteça o ÓRGÃO PROMOTOR terá o direito de cancelar o Registro de Preços mediante notificação.

8.10 - As sanções acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

8.11 - A aplicação das sanções poderá ocorrer por intermédio de meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem, conforme previsto na Lei n 14.133/2021 e legislações municipais.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO DA ATA

9.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bem registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

9.2 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- a) convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
- c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;
- b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.4 - A alteração da Ata de Registro de Preços dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

9.5 - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

10.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

10.4 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nesta cláusula, será feita mediante publicação em imprensa oficial do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE COMPRA

11.1 - As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelas Secretarias Participantes.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Cidade de Joinville - SC, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d”, da Constituição Federal.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Alves Souza Santos, Usuário Externo**, em 17/04/2024, às 16:18, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Silvia Cristina Bello, Diretor (a) Executivo (a)**, em 19/04/2024, às 14:04, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Mafra, Secretário (a)**, em 19/04/2024, às 15:10, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0020953801** e o código CRC **4FFB4856**.

Avenida Hermann August Lepper, 10 - Bairro Saguacu - CEP 89221-005 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br

24.0.095293-5

0020953801v5